

Um olhar para a exceção: protagonismo popular e autogestão na política habitacional brasileira

Una mirada a la excepción: protagonismo popular y autogestión en la política de vivienda brasileña

Sessão Temática 03: Políticas Públicas, Habitação e Cidade

FANK, Cíntia Maria; Mestranda; Universidade Federal de Santa Catarina

fankcintia@gmail.com

COLOSSO, Paolo; Doutor; Universidade Federal de Santa Catarina

paolo.colosso@ufsc.br

Resumo

Este trabalho discute a incorporação de processos autogestionários na produção habitacional enquanto uma forma pedagógica e contra-hegemônica de produção do espaço urbano. Partindo da experiência brasileira, um breve resgate acerca das políticas públicas de habitação empreendidas pelo Estado introduz a apresentação crítica do Programa Minha Casa Minha Vida, hoje extinto. Inserida na estrutura operacional do programa, a modalidade Entidades ganha destaque à medida que previa regimes de construção cogерidos e/ou autogeridos pelos beneficiários, respondendo a reivindicações históricas de movimentos sociais urbanos. Representando o campo da militância, apresenta-se a experiência e o posicionamento da União Nacional por Moradia Popular, agente protagonista na organização de movimentos populares de base e na efetivação de canteiros autogeridos. Nesse contexto, a discussão pretende relacionar o canteiro autogerido a processos de formação, de emancipação social e de protagonismo popular, situando-o como uma alternativa em contraposição à produção habitacional de mercado.

Palavras-chave (3 palavras): produção habitacional, canteiro autogerido, movimentos sociais urbanos.

Abstract

This paper discusses the incorporation of self-management processes in housing production as a pedagogical and counter-hegemonic way of producing urban space. Based on the Brazilian experience, a short review of the public housing policies developed by the government introduces a critical presentation of the *Minha Casa Minha Vida* program, now

extinct. Integrated into the program's operational structure, the *Entidades* stands out for including construction schemes co-managed and/or self-managed by the beneficiaries, responding to the historical claims of urban social movements. Representing the field of militancy, we present the experience and position of the *União Nacional por Moradia Popular*, a relevant agent in the organization of local popular movements and in the implementation of self-managed construction processes. In this context, the discussion intends to relate self-management to processes of formation, social emancipation, and popular protagonism, placing it as an alternative in opposition to market-oriented housing production.

Keywords: housing production, self-management, urban social movements.

1. Introdução

Ancorado ao tema e aos eixos conceituais que orientam o XXV Congresso Arquisur (2022), este trabalho perpassa reflexões sobre a habitação popular, a produção e reprodução do espaço nas cidades brasileiras e as assimetrias cristalizadas nas relações de poder político e econômico. Contudo, para além de tecer um balanço em torno do problema, interessa-nos apresentar, como contraponto, uma perspectiva contra-hegemônica que celebra o protagonismo popular, a ação coletiva, a horizontalização e colaboração pactuada entre saberes (formais e informais) e o resgate de expectativas democráticas.

Estruturado em três pontos de análise, parte-se, inicialmente, da discussão relacionada à provisão de moradia no Brasil via políticas públicas. A partir de uma breve introdução crítica ao Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) e, especialmente, à modalidade Entidades (MCMV-E), destaca-se, em meio às controvérsias do programa, a abertura à incorporação de processos autogestionários na produção habitacional enquanto uma potencialidade expressiva.

O segundo momento do texto se dedica a apresentar a União Nacional por Moradia Popular (UNMP) na condição de agente central da reivindicação pela autogestão de políticas públicas habitacionais no país e protagonista da sua efetivação junto a movimentos sociais urbanos. Através da atuação e do discurso da UNMP, pretende-se evidenciar que, apesar de incipiente, o canteiro autogerido incorporado ao MCMV-E representou uma alternativa próspera que incidiu diretamente na produção da moradia, nas sociabilidades e na própria cidadania dos sujeitos envolvidos.

Já em vias de conclusão, explora-se o tema da autogestão a partir de uma abordagem transversal que permite elucidar seus princípios fundamentais e relacioná-lo à prática concreta desse canteiro popular autogerido. Essa etapa da discussão compreende, também, a elaboração de aproximações da autogestão às premissas de educação popular postas por Paulo Freire, de modo a demonstrar que as repercussões do canteiro extrapolam a camada da produção do espaço e atingem o tecido social.

2. Habitação e política pública

O acesso à habitação adequada no Brasil constitui um problema histórico, influenciado pelos interesses das elites de representação política e pelas condições desiguais que constituíram a acelerada urbanização brasileira. Sob a chancela do Estado¹, consolidou-se um espaço urbano segregado, caracterizado pela concentração da população de baixa renda junto a assentamentos precários em áreas residuais – de risco, periféricas ou economicamente desvalorizadas (CAMPOS, 2010).

Inúmeras tentativas de enfrentamento ao acentuado déficit habitacional foram postas em prática no decorrer do tempo, desde as carteiras habitacionais dos Institutos de Aposentadorias e Pensões² (1937) até o Banco Nacional de Habitação³ (1964-1986). Entretanto, o retrospecto das políticas de moradia desenvolvidas ao longo do século XX demonstra que essas iniciativas apresentaram, em geral, insuficiência perante a demanda e limitada capilaridade, além de carregar em comum práticas higienistas e o aspecto mercantil da habitação. Quanto à demanda da população de renda muito baixa, justamente a mais deficitária, pouco se destinou em termos efetivos.

2.1 O Programa Minha Casa Minha Vida e a modalidade Entidades

O Programa MCMV foi instituído em 2009 sob um cenário sociopolítico de ascensão de lideranças progressistas, mais favorável, portanto, a políticas redistributivas. Lançado em resposta à crise mundial, o programa buscou conciliar demandas da população e do setor privado, constituindo uma alternativa de provisão de moradia aliada à recuperação econômica do país via desenvolvimento de setores produtivos nacionais e geração de emprego e renda.

A partir do enquadramento dos beneficiários em faixas de renda, o MCMV viabilizou quatro modalidades de financiamento para obtenção de unidades habitacionais, sendo que a faixa 1 – correspondente às famílias de menor renda e ao maior déficit habitacional – ofereceu subsídios de até 90% sobre o valor do imóvel. Para ser viabilizado, o programa injetou recursos orçamentários do Estado e do FGTS, constituindo, pela primeira vez, destinação

¹ A Lei de Terras (1850) e as ações institucionais decorrentes da Ideologia da Higiene, ao longo dos séculos XIX e XX, são exemplos históricos de como a atuação parcial do Estado determinou a estrutura fundiária do país. A ocupação informal de áreas residuais não é um acaso, mas uma consequência induzida por ações do Estado – estas, por sua vez, alinhadas aos interesses das classes dominantes.

² Pioneiras em termos de estrutura administrativa de política habitacional, as carteiras dos IAPs eram restritas a um conjunto específico de cidadãos, atendendo apenas aos associados de cada IAP profissionalmente inseridos no mercado de trabalho formal (MARQUES, 2020).

³ O BNH, implementado durante a ditadura militar na condição de empresa pública, foi a iniciativa de maior escala até o Programa MCMV. Suas linhas de crédito e financiamento, no entanto priorizavam o mercado constituído pela classe média, não destinando subsídios ou valores significativos para o atendimento à população com renda de 0 a 3 salários mínimos. Em termos quantitativos, teve uma produção habitacional expressiva, mas concentrada nas periferias urbanas.

de significativos investimentos a fundo perdido à população de muito baixa renda (BUONFIGLIO; MARTINS, 2019).

O êxito social do programa, no entanto, foi significativamente comprometido devido aos efeitos colaterais produzidos por ele mesmo, como a crescente financeirização da habitação e a intensificação da especulação imobiliária no país. Ao mesmo tempo, a cooptação da maior parte da produção habitacional pelas construtoras (modalidade Empresarial) fez com que a tentativa de maximização de lucros resultasse em construções de baixa qualidade, mal localizadas e desprovidas de infraestrutura, repercutindo de forma problemática nas possibilidades de fruição urbana.

Em contrapartida, dentro da estrutura do MCMV, é pertinente destacar a modalidade Entidades (MCMV-E), que se constituiu como um subprograma voltado, exclusivamente, ao atendimento da demanda de famílias da faixa 1, organizadas em cooperativas, associações ou entidades sem fins lucrativos. Diferente do padrão operacional pautado pela produção privada, o Entidades previa a possibilidade de regimes de construção via cogestão e autogestão⁴, oferecendo aos beneficiários uma abertura à participação efetiva e autônoma nos processos deliberativos e executivos da produção habitacional.

O MCMV-E obteve adesão significativa de movimentos organizados de moradia, uma vez que a inserção da autogestão de obras e recursos foi compreendida como uma conquista importante em relação às reivindicações populares. A escala de investimentos na modalidade, entretanto, foi baixa em relação às demais linhas do programa, correspondendo a menos de 7% do total de unidades habitacionais produzidas para a faixa 1 até 2018 (BUONFIGLIO; MARTINS, 2019).

Tanto o MCMV Empresarial quanto o Entidades manifestaram limitações e contradições, mas, apesar das pertinentes críticas, a formatação do programa apresentou avanços estruturais em relação às políticas pregressas – especialmente pelo atendimento à população de muito baixa renda. No caso do MCMV-E, além de uma produção habitacional mais eficiente por meio da autogestão em parceria com assessorias técnicas, foi-se um pouco além no que tange o acesso à terra urbana e à redução das desigualdades.

Ainda, quanto às repercussões no âmbito da cidadania, são valiosos os relatos publicizados pelos movimentos sociais acerca do poder mobilizador, emancipatório e pedagógico contido pelas experiências de participação em canteiros autogeridos do MCMV-E. Sob o ponto de vista que esse trabalho se propõe a desenvolver, o caráter autônomo e autogestionário na implementação de políticas públicas, portanto, é central, não apenas pela produção das habitações, mas também devido aos processos de socialização que atingem os sujeitos envolvidos.

⁴ Conforme Manual do MCMV-E, disponível em: <https://www.caixa.gov.br/Downloads/habitacao-minha-casa-minha-vida/MANUAL_MCMV_ENTIDADES.pdf>. Acesso em 10 jul. 2022.

3. A União Nacional por Moradia Popular e o canteiro autogerido no MCMV-E: o povo no centro da política pública

O MCMV Entidades constituiu uma experiência pioneira⁵ de inserção de processos autogestionários na produção habitacional, pauta essa que era reivindicada, desde os anos 1980, por movimentos sociais articulados pela União Nacional por Moradia Popular (UNMP). A concepção de um programa de caráter participativo é tomada como uma oportunidade de transformação dos movimentos por moradia que, ao interferir na construção da política urbana, deixam de ser estritamente reivindicativos e adotam uma atuação propositiva. A criação do MCMV-E foi uma importante conquista coletiva, mas é pertinente reconhecer o protagonismo assumido pela UNMP nos processos de reivindicação e efetivação dessa política (UNMP, 2019a).

A UNMP é uma organização nacional que tem como princípio a construção de movimentos populares de base (estaduais, regionais ou municipais), com democracia interna, organização horizontal e autonomia. Desde sua criação, apresenta-se como um importante agente de articulação e mobilização dos movimentos de moradia em torno de demandas relacionadas à habitação, reforma urbana, participação popular nas políticas públicas e, especialmente, autogestão (UNMP, 2019b).

A atuação da UNMP, no entanto, extrapola a militância e incide em resultados concretos, cumprindo simultaneamente funções de sensibilização de sujeitos, formação de lideranças, pressão institucional e engajamento político. A UNMP se disponibiliza, também, a auxiliar os movimentos na captação de recursos e na efetivação de empreendimentos habitacionais, além de promover a divulgação⁶ dessa produção viabilizada por processos autogestionários ou mistos no âmbito de programas públicos de financiamento⁷.

O cerne da proposta autogestionária da UNMP está em questionar a produção privada e mercantil da habitação social e reivindicar que a produção de moradias e a urbanização de áreas periféricas permita a participação popular em todas as etapas de projeto – desde a escolha de terrenos, contratação de projeto e equipe técnica, até controle dos recursos públicos e da obra em si. Nas palavras da UNMP (2019a):

Estamos falando de um modelo organizativo coletivo que está apoiado nos conceitos da participação, da ajuda mútua, do saber popular, solidariedade,

⁵ O pioneirismo do MCMV-E se refere ao fato de ter sido o primeiro programa de abrangência nacional que previa a possibilidade de autogestão. Ressalta-se, no entanto, que existiram outras iniciativas anteriores que admitiram experiências autogestionárias, em maior ou menor grau.

⁶ A UNMP realiza um trabalho de documentação da produção habitacional autogerida realizada pelos movimentos sociais afiliados. Essa informação é compilada e difundida posteriormente em publicações, contendo ficha técnica, projeto, orçamentação, imagens e relatos de usuários.

⁷ Além do MCMV-E, a UNMP já obteve financiamento para construção de moradias por autogestão através do Programa Crédito Solidário (2004) e reivindicou, em 2007, acesso a recursos do FNHIS, pelo Programa Produção Social da Moradia. Cabe esclarecer que a UNMP não é o agente que responde oficialmente a todos os contratos de financiamento habitacional, sendo que essa tarefa fica a cargo das entidades e organizações locais (movimentos, associações, cooperativas, etc.). A atuação da UNMP consiste em acompanhar a realização de procedimentos burocráticos e oferecer orientações.

justiça social e utopia como condutores da ação. [...] [a proposta autogestionária] promove e desenvolve a capacidade econômica, social e política dos setores populares e tem sido uma ferramenta política e de mobilização muito importante. Entendemos que é no espaço de partilha das tarefas e responsabilidades, nas tomadas de decisões coletivas, que o sentimento de pertença é construído. (UNMP, 2019a)

Sob essa perspectiva, os mutirões integram um processo de luta do movimento popular que almeja não apenas “suprir a necessidade básica do teto”, mas também o “fortalecimento da sua organização e a conscientização dos militantes” (USINA, 2015, p.98). É fundamental compreender, portanto, que não se trata simplesmente da construção de casas, mas de um processo de organização “que se estrutura para executar o seu objetivo e que permanece posterior à construção da moradia” para continuar a luta pelos demais direitos (RODRIGUES, 2020). Conforme Evaniza Rodrigues⁸, militante da UNMP:

O canteiro autogerido tem a ver com a possibilidade de você tomar decisões, de aprender a tomar decisões coletivamente e a ter processos de escuta do outro, rompendo com a questão individualista e de consumidor. Ali eu não sou consumidor, ali eu não sou só o indivíduo, ali eu sou também um coletivo. [...] quando, no canteiro autogestionário, você fala ‘pra’ pessoa: ‘a gente pode decidir aqui coletivamente qual vai ser o nosso horário de trabalho’, é um choque, porque nunca perguntaram ‘pra’ essas pessoas que hora ou como elas queriam fazer algo. (RODRIGUES, 2020)

Nesses relatos que partem do próprio movimento, ficam implícitos diversos processos de transformação pelos quais passam os sujeitos envolvidos na prática autogestionária, a começar pela transição de um pensamento individual para a constituição de um coletivo. A tomada de consciência promovida no contexto do canteiro autogerido tem reflexo na construção da autonomia dos sujeitos, reverberando nas ações de reivindicação de direitos como um todo. Através de uma relação intrínseca entre práxis e teoria, que lembra a educação popular de Paulo Freire, o canteiro autogerido do movimento social promove uma construção de conhecimentos e relações a partir de uma realidade local e concreta.

O programa MCMV-E permitiu uma experimentação de autogestão muito próxima aos ideais defendidos pela UNMP. Ainda que, em um primeiro momento, o canteiro autogerido seja apenas um instrumento de produção habitacional, a moradia é considerada como a porta de entrada para a reclamação dos demais direitos relacionados ao habitar e subsistir. Com uma compreensão ampliada das opressões e das possibilidades, viabilizada através de processos emancipatórios, a UNMP entende ser possível a construção de uma reivindicação mais abrangente, que contemple a efetivação do pleno direito à cidade. Mais uma vez, cabe a fala de quem vivencia esse processo:

A nossa reivindicação quando iniciamos no movimento era ‘Queremos Moradia’, ou seja, qualquer moradia. Com a trajetória do movimento a gente

⁸ Entrevista realizada com Evaniza Rodrigues em agosto de 2020. Graduada em Serviço Social (PUC-SP) e mestre em Arquitetura (FAU-USP). Integrou diversas equipes institucionais relacionadas a políticas urbanas e atualmente integra o Movimento Sem Terra Leste 1 (São Paulo), além da União Estadual e Nacional por Moradia Popular (UNMP).



começa a questionar algumas coisas. Queremos moradia, mas a queremos bem localizada, com terra urbanizada... Queremos decidir projeto, gerir o processo de produção, [...] gerir os recursos públicos, para que não tenha superfaturamento, corrupção, etc. Então você sai de uma reivindicação genérica, onde o governo determinava o tamanho da sua moradia, localização e quanto custava para um processo de produção autogestionário onde os moradores têm o controle. [] Ter o direito à moradia é um dos direitos, e você tem vários outros que são negados. Esse é o grande objetivo do processo autogestionário: efetivar uma comunidade muito mais atuante, que possa mudar suas condições de vida e também influenciar as políticas públicas. (RODRIGUES, 2020)

O fim do ciclo governista de esquerda no Brasil (2003-2016) veio acompanhado de um velado desdém institucional em relação à crise urbana, materializado pela redução dos investimentos públicos e pelo desmonte das políticas de habitação. A aparente dissolução do programa MCMV-E⁹ representa uma perda significativa aos movimentos sociais, tendo em vista que se trata da única iniciativa que pretendeu acolher em sua estrutura operacional, a nível nacional, o ideário da autogestão e o atendimento exclusivo à população de muito baixa renda.

O atual contexto de retrocesso em relação aos recentes avanços no âmbito de políticas urbanas e redistributivas reforça a importância de uma articulação popular contínua que se mantenha em posição de reivindicação e denúncia. Abastecida da experiência de três décadas de atuação, a perenidade da UNMP demonstra que a luta popular não é temporária e muito menos restrita à conquista da moradia. Talvez o canteiro autogerido sirva justamente para isso: transformar pessoas e fazer delas parte da rede de vigilância e protesto que reclama, para todos, uma democracia efetiva, direitos básicos e justiça social.

4. Aproximações à autogestão e à educação popular: uma simbiose materializada no canteiro autogerido

Tendo em vista as reflexões traçadas até aqui, adota-se como pressuposto a existência de uma relação evidente entre processos inerentes à autogestão e princípios estruturais daquilo que se entende por educação popular. A experimentação concreta do canteiro autogerido enquanto um espaço formativo e emancipatório, conforme identificado no discurso e na atuação da UNMP, permite situá-lo como uma prática concreta dessa simbiose. Trata-se de uma relação frequentemente citada em trabalhos acadêmicos, o que justifica a pertinência dessa abordagem exploratória.

Compreende-se que a educação popular, materializada em processos autogeridos, pode extrapolar a fronteira dos movimentos e das políticas públicas habitacionais, tornando-se, também, uma metodologia que estabelece pontes com instituições, cidade, sociedade, governança e mesmo com profissionais ligados à causa urbana – em especial, arquitetos e

⁹ O MCMV-E não foi oficialmente extinto, mas a suspensão de contratos vigentes, a ausência de novos editais de seleção e a introdução do Programa Casa Verde e Amarela levam a crer que não há pretensão de continuidade do programa pela atual gestão federal.

urbanistas. O canteiro autogerido, nessa perspectiva, adquire a condição de uma experiência transformadora, na qual se concretiza não só a construção da casa, mas um novo cotidiano coletivo, novas sociabilidades e novos sujeitos, além de um rompimento com processos de exploração aos quais a classe popular é sistematicamente submetida.

4.1 A educação popular e a formação na ação

A educação popular (libertadora, problematizadora) consiste, para Paulo Freire, em um processo pedagógico que combina prática e teoria, tendo como fim a construção de uma consciência reflexiva e um conhecimento coletivo - que é político, crítico e sócio espacialmente situado. Diferente da educação bancária (tradicional e domesticadora), prevê uma relação horizontal entre educadores e educandos e prioriza a troca de conhecimentos entre as partes, onde o saber popular é tão importante quanto o saber formal (FREIRE, 2019). A leitura da palavra, das ciências e das teorias interage com a leitura do mundo, da realidade concreta e das relações sociais e naturais (ROMÃO, 2008).

Partindo, portanto, de uma realidade imediata na qual as classes populares enfrentam a segregação, o abandono institucional e a constante negação de direitos básicos (como educação ou moradia), Freire não vê na educação tradicional a possibilidade de “libertar os oprimidos da sua condição de ‘coisas’” (SARTORI, 2008, p.237). Diante desse contexto hostil, os movimentos sociais buscam desenvolver novas formas de produzir, de conviver e de se educar, formuladas a partir da solidariedade e da constituição de redes de apoio (RIBEIRO, 2002).

Sob essa perspectiva, a educação popular se insere nos movimentos através de práticas cotidianas que constituem instrumentos contra-hegemônicos não apenas de formação, mas também de emancipação por vias coletivas. Dentre essas práticas, o canteiro popular de caráter autogestionário desponta como potencial processo pedagógico de formação na ação que, pautado pela *práxis*, pela autonomia e pelo intercâmbio de saberes, comporta premissas análogas à educação popular de Freire.

4.2 A autogestão, o canteiro e a transfiguração das relações de trabalho e de produção do espaço

A ideia de autogestão, enquanto forma de organização que une pensamento, produção e ação, foi teorizada por Karl Marx e alguns estudiosos anarquistas como uma antecipação da organização futura dos trabalhadores em uma sociedade livre, regida sob uma forma avançada de autogoverno (USINA, 2015). Quando incorporada ao canteiro popular, a autogestão efetiva-se como uma prática concreta e qualifica o substantivo “mutirão”¹⁰.

¹⁰ A prática de mutirão é objeto de discussão contínua entre linhas de pensamento conflitantes, sendo que alguns teóricos, a exemplo de Francisco de Oliveira, a condenam devido a condições de sobretrabalho,

Em essência, o mutirão autogerido pode ser definido como uma “associação de trabalhadores para a produção de uma mercadoria (...) que não é produzida imediatamente para o mercado, mas para a subsistência” (USINA, 2015, p.98-99), e que prevê o valor de uso acima do valor de troca. Nesse sentido, o mutirão constitui um espaço no qual os sujeitos se encontram no centro da ação – e também do pensamento – ao organizarem sua produção de forma autônoma, de acordo com suas necessidades e desejos coletivos.

Mais do que uma metodologia de trabalho ou construção, o mutirão constitui, nessa perspectiva, uma formação política que permite, aos sujeitos, a tomada de consciência quanto à sua condição na estrutura social e o questionamento aos valores que regem a sociedade e as relações de trabalho a eles impostas. Esse despertar se estende às formas de produção do espaço, resultando em uma crítica aos canteiros de obra tradicionais¹¹ e na reivindicação pelos canteiros autogeridos como uma nova forma de construir a cidade.

Enquanto “espaço de liberdade” (USINA, 2015), o mutirão autogerido constitui uma experiência de trabalho livre, que nega a exploração capitalista da força de trabalho¹² e a subalternização das classes populares. Sob uma perspectiva contra-hegemônica, promove um processo de produção do espaço que rompe, inclusive, com a centralização institucional da tomada de decisões e com a condição de alienação do homem frente às alternativas impostas. Há, portanto, a possibilidade do sujeito “sentir-se capaz” de manifestar seu ponto de vista (opiniões, anseios, aspirações) e de tomar decisões a partir de seu local na realidade concreta - uma conscientização construída a partir do reconhecimento de si enquanto cidadão, em um processo de empoderamento cotidiano.

O trabalho em mutirão resgata o valor do trabalhador e da trabalhadora que não são apenas força de trabalho, mas são sujeitos da construção de sua história. Valoriza o trabalho livre que, ao invés de gerar lucro para o patrão, gera ganhos para todo o coletivo. (UNMP, 2019, p.38)

Ao contrário da autoconstrução individual desassistida e do canteiro de obra capitalista – onde o trabalho se restringe à realização instintiva de tarefas parciais –, esse mutirão se propõe a estabelecer parcerias com assessorias técnicas¹³ e a integrar os participantes de forma consciente ao processo como um todo. Isso pressupõe resgatar a relação entre o projeto e o canteiro, compatibilizar as propostas às necessidades reais e reconciliar o conhecimento técnico e o saber popular – uma reaproximação entre o escritório que projeta e o canteiro que executa.

exploração e rebaixamento do valor da mão de obra. Na perspectiva desse trabalho, no entanto, adota-se a concepção do mutirão enquanto um espaço coletivo de autonomia pautado por valores de uso.

¹¹ Os canteiros de obra tradicionais estão aqui associados às relações de trabalho vigentes na produção habitacional voltada ao mercado, como as construtoras e incorporadoras, nas quais os trabalhadores são apenas parte de uma engrenagem e não têm plena consciência do que estão produzindo.

¹² A negação à exploração capitalista da força de trabalho se consolida pela não reprodução de relações de trabalho assalariadas e contínuas no canteiro. Ao produzir um bem coletivo para consumo próprio sem objetivar o lucro, a força de trabalho, nesse caso, é recompensada pelo usufruto dos bens produzidos.

¹³ Cabe citar a Lei de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social - ATHIS (Lei Federal 11.888/2008) como um marco importante para as iniciativas de autogestão, ainda que ela não tenha sido suficientemente efetiva até então.

As assessorias, por sua vez, são agentes fundamentais nos canteiros autogeridos, visto que “ainda não há uma [suficiente] fusão do saber técnico no corpo do próprio movimento popular” (USINA, 2015, p.101). Além de garantir que os processos projetuais e construtivos atendam a critérios de qualidade e segurança, essa interação promove um elo de trocas entre os movimentos e a sociedade, uma relação de aprendizado mútuo e construção coletiva de saberes. Não se trata, no entanto, de uma imposição de conhecimentos aos movimentos, mas de uma aliança entre agentes de origens diferentes (USINA, 2015), onde a assessoria assume papel educador e “deve pensar junto com o movimento, não por ele e nem como ele” (BARROS; MIAGUSKO, 2015, p.38).

Nesse cenário, a autogestão ensaiada¹⁴ pelos movimentos sociais intenciona, na medida do possível, uma horizontalidade das relações e também dos saberes – assim como Freire propõe a educação popular. O conhecimento técnico, quando confrontado com o saber popular, se vê em igualdade de importância e se transforma a partir da realidade na qual se coloca – o que significa, enfim, a constituição de um novo saber, social e espacialmente situado, que compartilha as virtudes de ambos.

5. Considerações finais

As reflexões elaboradas no decorrer desse trabalho permitem reafirmar que a autogestão na construção e nos movimentos repercute para além do canteiro e atinge outros níveis da vida social, constituindo uma experimentação muito próxima da educação libertadora proposta por Paulo Freire. A constituição da autonomia, a valorização dos saberes existentes, a sociabilização e o pertencimento criam as condições de abertura para a realização da educação e do trabalho livre.

Para além da conquista concreta da moradia, o mérito do processo autogestionário reside, também, na contribuição para a consolidação do pensamento coletivo, solidário e utópico. Utopia, esta, que não é tratada aqui a partir de sua definição como algo intangível, mas a partir da formulação de Freire, a qual diz respeito à utopia concreta, “relacionada à concretização dos sonhos possíveis” e da “compreensão da história como possibilidade” (FREITAS, 2008, p.482).

Cabe salientar, no entanto, que as considerações postas aqui acerca da efetivação e das repercussões do MCMV-E partem da experiência de autogestão protagonizada pelos movimentos organizados de moradia, sendo que estas não refletem, necessariamente, a implementação do programa como um todo. Apesar da potencialidade que envolve a estrutura operacional da modalidade Entidades, diversos estudos alertam para sua

¹⁴ É mais prudente falar em aproximações ou experimentações do que em autogestão plena nos canteiros autogeridos. Apesar do empenho na coletivização integral do conhecimento e da tomada de decisões, persistem algumas contradições, a exemplo da inerente concentração de poder decisório, em maior proporção, na mão das assessorias, devido às responsabilidades técnicas envolvidas (USINA, 2015).

fragilidade em termos de cooptação de recursos por agentes privados, bem como para a incipiência de sua efetivação plena frente à escala do déficit habitacional brasileiro.

Independente desse diagnóstico e das diversas críticas consensuadas ao MCMV, é pertinente reconhecer que é possível extrair aspectos positivos do programa e chegar a uma avaliação intermediária que subsidie a evolução das políticas públicas implementadas até então. A centralidade da participação popular, em contraposição à produção habitacional de mercado, revela um caminho possível para a construção de novas alternativas que viabilizem, aos sujeitos, não apenas a moradia, mas também uma nova compreensão de si próprios e do mundo.

Assim como já afirmou Streck (2006), ao combinar estratégias de educação, mobilização e sociabilidade, os movimentos sociais constituem, atualmente, espaços singulares para “o desenvolvimento de uma cidadania ativa e comprometida com as superações da realidade e das condições de exclusão social.” (STRECK, 2006, p.100). Por que, então, não reconhecer (e fortalecer) seu protagonismo na história?

Referências:

BARROS, J.; MIAGUSKO, E. Mutirão União da Juta: do “fim do mundo” à padaria comunitária. In: VILAÇA, Í.; CONSTANTE, P. (org.). **Usina: entre o projeto e o canteiro**. São Paulo: Edições Aurora, 2015.

BUONFIGLIO, L.; MARTINS, C. Dez anos do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV): Um balanço preliminar. In: OLIVEIRA, F. et al (org.). **Espaço e economia: Geografia econômica e a economia política**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

CAMPOS, A. **Do quilombo à favela: A produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 70 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREITAS, A. Utopia. In: STRECK, D.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. (org.). **Dicionário Paulo Freire**. 4. ed. rev. amp.; 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

MARQUES, E. **Linha do Tempo Políticas habitacionais no Brasil: Nexo Políticas Públicas**. Jornal Nexo, 30 jun. 2020. Disponível em: <https://pp.nexojournal.com.br/linha-do-tempo/2020/Pol%C3%ADticas-habitacionais-no-Brasil>.

RIBEIRO, M. Educação para a cidadania: questão colocada pelos movimentos sociais. **Educação e Pesquisa**, v. 28, n. 2, jul. 2002, p.113-128.

RODRIGUES, E. **Entrevista sobre autogestão na produção habitacional**. [ago.2020]. Entrevistadores: Bianca Coelho, Cíntia Maria Fank e Maria Eduarda Martins. Florianópolis, 2020. 1 arquivo .mp4 (45 min.).

ROMÃO, J. E. Educação. In: STRECK, D.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. (org.). **Dicionário Paulo Freire**. 4. ed. rev. amp.; 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SARTORI, J. Educação bancária/Educação problematizadora. In: STRECK, D.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. (org.). **Dicionário Paulo Freire**. 4. ed. rev. amp.; 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

STRECK, D. Práticas educativas e movimentos sociais na América Latina: aprender nas fronteiras. **Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB**, Campo Grande, n. 22, jul-dez 2006. p. 99-111.

UNMP. Apresentação: autogestão como proposta política. In: RODRIGUES, E. et al, (org.). **Revista da produção de habitação em autogestão: empreendimentos da União Nacional por Moradia Popular no Programa Minha Casa Minha Vida: Entidades**. São Paulo: União Nacional por Moradia Popular, 2019a.

UNMP (org.). **Cartilha de autogestão em habitação**. São Paulo: União Nacional por Moradia Popular, 2019b.

USINA - CENTRO DE TRABALHOS PARA O AMBIENTE HABITADO. Arquitetura, política e autogestão: um comentário sobre os mutirões habitacionais. In: VILAÇA, Í.; CONSTANTE, P. (org.). **Usina: entre o projeto e o canteiro**. São Paulo: Edições Aurora, 2015.